



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

Rua Odilon Gadbem dos Santos, nº100
Centro, São Bento Abade - MG

Email: licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



EDITAL DE AVISO DE DISPENSA 27/2024-PROCESSO91/2024

A Prefeitura Municipal de São Bento Abade - MG torna pública a abertura de dispensa de licitação conforme abaixo:

I - DO OBJETO: Contratação de empresa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PARA AS ROÇADEIRAS MANUAIS DAS MARCAS HUSQVARNA E STIHL QUE ATENDENDO OS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS URBANOS OBRAS E ESTRADAS E O DEPARTAMENTO DE ESPORTE LAZER E TURISMO.

II - JUSTIFICATIVA: As roçadeiras manuais Husqvarna e Stihl são equipamentos de alta tecnologia que exigem manutenção especializada para garantir seu pleno funcionamento e prolongar sua vida útil. Empresas especializadas na manutenção dessas marcas possuem o conhecimento técnico, as certificações necessárias e a qualificação específica para realizar serviços de revisão e manutenção, assegurando a utilização de procedimentos e peças adequadas, conforme as especificações dos fabricantes.

ITEM:

Item	Descrição	Un	Quant.	Vlr Unit.	Vlr Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA -	UND	2	100,00	200,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2	1.380,00	2.760,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STIHL KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STIHL KA85 -	UND	1	1.220,00	1.220,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 -	UND	2	450,00	900,00
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA -	UND	1	700,00	700,00
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA -	UND	2	150,00	300,00
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE	UND	1	85,00	85,00



	REVISÃO BOMBA POSTAL -				
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS -	UND	2	250,00	500,00
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA -	UND	2	100,00	200,00
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA -	UND	2	350,00	700,00
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 -	UND	2	140,00	280,00
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2	258,00	516,00

Total médio do processo: 8.361,00

Valor estimado da contratação: R\$ 8.361,00 (oito mil trezentos e sessenta e um reais), referente ao menor valor encontrado no mercado.

III - DO PRAZO:

3.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da administração, considerando a natureza da prestação do serviço contínuo, de acordo com o artigo 107 da Lei 14133/2021.

IV - LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

4.1. Prestação de serviço no Município de São Bento Abade, de acordo com o cronograma realizado pelo Departamento de Serviços Urbanos Obras e Estradas e o Departamento de Esporte, Lazer e Turismo.

V - FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

5.1. A fiscalização será feita pelos Departamentos de Serviços Urbanos Obras e Estradas e o Departamento de Esporte, Lazer e Turismo, através do Sr. ELIEZIO DOS SANTOS e CLODOALDO REIS DA COSTA, ou quem esta designar para tal finalidade, que anotarás em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará às interessadas os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

5.2. Os demais critérios da fiscalização estão previstos na minuta do contrato.

VI - DO PAGAMENTO



- 6.1. O pagamento será após a efetiva execução dos serviços no referido período.
- 6.2. O pagamento se dará mediante apresentação de Nota Fiscal em até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.
- 6.3 O pagamento somente será efetuado após o recebimento dos serviços e cumprimento dos prazos, que será atestado por meio de manifestação do servidor responsável para acompanhar a execução do contrato.

VII - DOTAÇÃO:

Dotação: 258 - 02.08.02-3390.39.00-26.782.0710-4.053 fonte 1.500.99 - DEPARTAMENTO SERVIÇOS URBANOS/OBRAS E ESTRADAS.

Dotação: 180- 02.06.00-3390.39.00-27.811.0720-4.037 fonte 1.500.99 DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO.

VIII - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:

- 8.1. Para a participação na presente dispensa:
 - 8.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Termo de referência.
 - 8.1.2. Possuírem o objeto social compatível como objeto de contratação.
 - 8.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 8.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - 8.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo(s);
 - 8.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 8.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

IX - HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação:

9.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, extrato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

9.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;



- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, caso possua;
- c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União), **estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

9.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca.

9.1.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de Atestado de Capacidade Técnica.

X - PROTOCOLO DE PROPOSTAS (protocolo físico ou via e-mail)

10.1. Do dia 14/06/2024 até às 9(nove) horas do dia 18/06/2024, os interessados poderão protocolar a documentação para análise.

Sessão: 9(nove) horas do dia 18/06/2024.

10.2. Durante o procedimento os fornecedores serão informados através de ata publicada.

10.3. LOCAL DE PROTOCOLO E SESSÃO: Rua Odilon Gadbem dos Santos, nº 100 – Centro, São Bento Abade/MG.

10.4. Caso a data ocorra em feriados ou finais de semana, considerar-se a prorrogado automaticamente para o próximo dia útil

XI - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

11.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração será considerada inválida.

11.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

11.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

XII - CONTRATAÇÃO

12.1. Após a ratificação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

12.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente, nos moldes da Lei 14133/2021.

12.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12.4. Todas as questões que não constarem diretamente neste edital, serão resolvidas de acordo com Lei 14.133/2021

XIII - SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento



dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocadodentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.8. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.9.1 .Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.11. praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.12 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 (dez) por cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens acima.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O procedimento será divulgado na íntegra no site da Prefeitura Municipal de São Bento Abade– MG.

14.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.3. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.5. No valor proposto deverão estar incluídos todos os custos necessários ao cumprimento o objeto licitado, nos prazos previstos no instrumento convocatório, inclusive tributos, encargos sociais,



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

Rua Odilon Gabbendos Santos, nº100

Centro, São Bento Abade – MG

Email: licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



deslocamentos da equipe técnica até o município, hospedagem e alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre a realização do serviço objeto da presente licitação.

ANEXOS:

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – modelo de proposta
- ANEXO III – minuta de contrato

PUBLICA DO NO SITE E NO MURAL EM 12 DE JUNHO DE 2024

AGENTE DE CONTRATAÇÃO



ANEXO I -
TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. MANUTENÇÃO PARA AS ROÇADEIRAS MANUAIS DAS MARCAR HUSQVARNA E STHIL QUE ATENDENDO OS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS URBANOS OBRAS E ESTRADAS E O DEPARTAMENTO DE ESPORTE LAZER E TURISMO.

1.2. Aquisição dos itens relacionados de acordo com tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Un	Quant.	Vlr Unit.	Vlr Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA -	UND	2	100,00	200,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2	1.380,00	2.760,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 -	UND	1	1.220,00	1.220,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 -	UND	2	450,00	900,00
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA -	UND	1	700,00	700,00
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA -	UND	2	150,00	300,00
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE	UND	1	85,00	85,00



	REVISÃO BOMBA POSTAL -				
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS -	UND	2	250,00	500,00
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA -	UND	2	100,00	200,00
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA -	UND	2	350,00	700,00
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 -	UND	2	140,00	280,00
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2	258,00	516,00

II – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Especialização e Qualificação Técnica: As roçadeiras manuais Husqvarna e Stihl são equipamentos de alta tecnologia que exigem manutenção especializada para garantir seu pleno funcionamento e prolongar sua vida útil. Empresas especializadas na manutenção dessas marcas possuem o conhecimento técnico, as certificações necessárias e a qualificação específica para realizar serviços de revisão e manutenção, assegurando a utilização de procedimentos e peças adequadas, conforme as especificações dos fabricantes

III – CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos no inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

IV – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de acordo com o calendário do órgão competentes, mediante solicitação dos serviços do departamento municipal de cultura.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada



pelosprejuízosresultantes da incorreta execução doserviço.

V – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2.

verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e a proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidores especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a

terceiro sem decorrência de toda a Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

6.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 dias úteis que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4.

manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;

6.1.5. indicar preposto para representar a ladurante a execução do serviço.

VII - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

VIII – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou



vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

IX – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se o correto recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de regularidade fiscal.

9.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.5.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

9.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratada deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios



pertinentes necessáriosparagarantiro recebimento deseuscréditos.

9.11.

Persistindoairregularidade,acontratantedeveráadotarasmidasnecessáriasàrescisãocontratualnosautosdoprocessoadministrativo correspondente,asseguradaàcontratadaaampladefesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida elanãoexecução doserviço,caso acontratadanãoregularizesuasituaçãojuntoaoSICAF.

9.13. Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.14. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

X - DOREAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data-limite para a apresentação das propostas.

XI – DASSANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.8. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

11.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

11.1.11. praticar atos ilícitos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.12 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 (dez) por cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTOABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

RuaOdilonGadbemdosSantos,nº100

Centro,SãoBentoAbade – MG

Email:licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens acima.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.2. Na aplicação da sanção serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XII – DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

12.1. O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo as sistemáticas de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

RuaOdilonGadbemdosSantos,nº100
Centro,SãoBentoAbade – MG

Email:licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



ANEXOII–MODELODEPROPOSTACOMERCIAL
DISPENSA 27/2024–PROCESSO 91/2024

À

PrefeituraMunicipaldeSãoBentoAbade/MG

Att. Agente de contratação

Proponente:

CNPJn.º:

Endereço:

Tel:

Telefax:

e-mail:

Contacorrente:

Banco:

Ag.:

OBJETO: Contratação de empresa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PARA AS ROÇADEIRAS MANUAIS DAS MARCAR HUSQVARNA E STHIL QUE ATENDENDO OS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS URBANOS OBRAS E ESTRADAS E O DEPARTAMENTO DE ESPORTE LAZER E TURISMO.

Item	Descrição	Un	Quant.	Vlr Unit.	Vlr Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA -	UND	2		
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2		
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 -	UND	1		
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 -	UND	2		
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA -	UND	1		
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA -	UND	2		



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADA-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

RuaOdilonGadbemdosSantos,nº100

Centro,SãoBentoAbade – MG

Email:licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL -	UND	1		
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS -	UND	2		
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA -	UND	2		
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA -	UND	2		
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 -	UND	2		
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2		

ValorTotalR\$ ----- (-----)

Prazodevalidadedaproposta:60(sessenta)dias,nomínimo,acontardadatadasuaapresentação.

Declaroque nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

, de de 2024.

NomeeAss. DoRepresentanteLegal
CNPJdaempresa

AnexoIII – MinutadeContrato



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

Rua Odilon Gabbemos Santos, nº100

Centro, São Bento Abade - MG

Email:licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



CONTRATO/Nº _____ / _____

CONTRATANTE: PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, com a sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, São Bento Abade - MG, CEP nº xxxxxxxxxxxx, aqui representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Eneias Machado de Souza, portador do RG nº XXXXX, SSP/MG e do CPF nº XXXX, residente na xxxxxxxxxxxxxxxx, São Bento Abade - MG.

CONTRATADA: NOME, inscrita no CNPJ sob o nº/, situada na RUA/AVENIDA..., nº, BairroXXXXXXXX, CIDADE, neste ato representada por seu representante legal, NOME DO REPRESENTANTE, portador da Cédula de Identidade nº. e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, Conforme atos constitutivos da empresa e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 2024 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações e regulamentos aplicáveis, resolve celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa nº xx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir renunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PARA AS ROÇADEIRAS MANUAIS DAS MARCAS HUSQVARNA E STHIL QUE ATENDENDO OS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS URBANOS OBRAS E ESTRADAS E O DEPARTAMENTO DE ESPORTE LAZER E TURISMO.

Objeto da contratação:

Item	Descrição	Un	Quant.	Vlr Unit.	Vlr Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOSSERA -	UND	2		
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2		
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA ROÇADEIRA STHIL KA85 -	UND	1		
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA COMPLETA ROÇADEIRA K85 -	UND	2		
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA -	UND	1		



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADÉ-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

Rua Odilon Gadbem dos Santos, nº100

Centro, São Bento Abade - MG

Email: licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA MOTOPODA -				
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA PONTEIRA -	UND	2		
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO BOMBA POSTAL -	UND	1		
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO CORTADOR DE GRAMAS -	UND	2		
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOPODA -	UND	2		
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MOTOSSERA -	UND	2		
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA KA85 -	UND	2		
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PONTEIRA ROÇADEIRA HUSQVARNA 143R -	UND	2		



CLÁUSULA SÉTIMA –

DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, EQUILÍBRIO E REAJUSTE CONTRATUAL

7.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data-limite para a apresentação das propostas.

7.2. Índice estabelecido para o reajuste: IPCA

7.3. O equilíbrio econômico-financeiro será garantido na forma da lei, desde que apresentados os documentos comprobatórios:

- a) Quando se tratar de análise de equilíbrio econômico-financeiro, as notas fiscais primeiramente aceitas não poderão exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da proposta.
- b) Para a análise do segundo equilíbrio econômico-financeiro e seguintes, a contratada enviará a última nota (já constante no processo quando da análise do primeiro equilíbrio) apresentada e a nota que originou a alteração do preço. Do contrário o equilíbrio será negado.
- c) vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato; podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja provido o substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar, independentemente de aviso prévio, a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. A fiscalização do cumprimento do Termo de Referência, bem como do Contrato, será realizada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para a execução do objeto do contrato.

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.9. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.14. Notificar o emitente das garantias quanto ao início do processo administrativo para a purificação do descumprimento de cláusulas contratuais, se esse for o caso.

8.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, nos termos do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções propostas sejam mais adequadas.

8.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento, quando for o caso.

8.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos



instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de

segurança e

saúde no trabalho, quando, em caso de serviço, esse for executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado.

8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da execução dos serviços.

8.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados, cumprindo o Termo de Referência em sua totalidade, responsabilizando-se pelo perfeito cumprimento do objeto contratado.

9.1.2. Seguir normas, política e procedimentos da Câmara relativos à execução do objeto.

9.1.3.

Realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, mesmo quando não tenham sido cotados.

9.1.4. Fornecer toda mão de obra necessária à fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução deste Contrato.

9.1.5. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

9.1.6. Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados.

9.1.7. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Termo de Referência nem às condições estabelecidas neste Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.1.8. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, imediatamente ou no prazo estabelecido pelos departamentos responsáveis, sem qualquer custo adicional à Prefeitura

9.1.9. Comunicar à Prefeitura, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito da execução do contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

9.1.10. Assegurar a facilidade de acompanhamento e fiscalização do objeto deste Contrato durante a sua execução, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

9.1.11. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Câmara.

9.1.12. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no processo.

9.1.13. Executar os serviços com pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade sobre quaisquer danos ou faltas que essas venham a cometer no desempenho de suas funções.

9.1.14. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pela CONTRATANTE no ato do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. No decorrer da entrega dos bens ou serviços estabelecidos neste Termo de Referência, caso o Fornecedor cometa qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:



- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa moratória de até 1% (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da proposta vencedora, até o limite de 10 (dez) dias;
- c) Multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total da proposta vencedora, no caso de inexecução total;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos.

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos: determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.1.1. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.1.2. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou
- h) Impossibilidade de liberação dessas áreas;
- i) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- j) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras

normas específicas, para pessoa com deficiência, para a reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz.

11.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

11.4. A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

11.5. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

12.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de



PREFEITURAMUNICIPALDESÃO BENTO ABADE-
ESTADODEMINASGERAIS CNPJ-17.877.176/0001- 29 Fone: 0** 35 3236-
1213

RuaOdilonGadbemdosSantos,nº100

Centro,SãoBentoAbade – MG

Email:licitacao@saobentoabade.mg.gov.br



autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULADÉCIMASEGUNDA–DOSCASOSOMISSOS

12.1. Oscasosomissosserãodecididospelocontratante,segundoasdisposiçõescontidasnaLeinº 14.133, de2021,e demais normas federaisaplicáveis, subsidiariamente,segundoasdisposiçõescontidasna Leinº8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULADÉCIMATERCEIRA–ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Leinº14.133,de2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULADÉCIMAQUARTA–PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá o contratante divulgar presente instrumento no site <https://www.saobentoabade.mg.gov.br/e> no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP

CLÁUSULADÉCIMAQUINTA–FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Três Corações - MG, para dirimir litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Leinº14.133/21.

São Bento Abade – MG ___ de ___ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito

Representante da Contratada

Nome da Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome:

Assinatura:

Documento:

Nome:

Assinatura:

Documento: